

EUA querem controlar mais os devedores

12/1/86, DOMINGO • 9

Washington — Os Estados Unidos impõem gestões para harmonizar as políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento com as do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o que traria mudanças significativas nas condições de empréstimos do BID, informaram ontem fontes próximas ao banco. Um plano americano nesse sentido será apresentado em Washington, na próxima segunda-feira a funcionários de alto escalão do Brasil, México, Argentina e Venezuela, os quatro países que integram o chamado grupo A dos membros do BID, disseram as fontes.

O objetivo é que os empréstimos do BID — como já sucede com os do Banco Mundial e com os programas de ajuste apoiados pelo FMI — sejam examinados com mais rigor e condicionados à colocação em prática de políticas tendentes, entre outras coisas, a de reduzir a participação do Estado na economia e estimular a iniciativa privada, acrescentaram os informantes.

Carlos García Tudero, diretor para a Argentina e o Chile no BID, disse que o Departamento de Tesouro norte-americano enviou diretamente a comunicação aos governos dos quatro países no dia 31 de dezembro passado, e que a Argentina estará representada na reunião por José Luis Machinea, subsecretário de política econômica, e Eduardo Zaldueno, assessor do ministro da Economia Juan Sorrouille.

García Tudero deixou de comentar a agenda da reunião, mas disse ter entendido que se trata de impulsionar os objetivos anunciados pelos Estados Unidos na última assembleia anual do BID, efetuada em Viena, em março de 1985. O secretário-assistente do Tesouro para assuntos internacionais, David Mulford, afirmou em seu discurso nessa assembleia que o BID devia contribuir para "criar um clima econômico e estabelecer as políticas mais apropriadas para o crescimento e o desenvolvimento", e que cada empréstimo do banco deveria enquadrar-se "no contexto de uma política econômica adequada".

"O BID tem que analisar a fundo as políticas de seus países devedores e, se necessário, estimular sua reforma antes de comprometer seus recursos. A esse respeito, deverá estorçar-se para melhorar a cooperação e coordenação de suas políticas com outras ins-

tituições financeiras internacionais", enfatizou o alto funcionário. Mulford será o representante dos Estados Unidos na reunião de segunda-feira.

Venezuela

O diretor para a Venezuela no BID, Guillermo Pimentel, disse que os delegados de seu país serão Jorge Marcano, diretor de Finanças Públicas do Ministério da Fazenda, Aquiles Viloria, gerente de cooperação financeira internacional do Fundo de Investimentos da Venezuela, e Nelson Ortiz, diretor de programação do Ministério do Planejamento (Cordiplan). Pelo México participarão o subsecretário da Fazenda, Francisco Suárez Davilla, e o diretor de crédito público, Angel Guerria, disse o ministro-conselheiro da Embaixada americana em Washington, Jorge Pinto.

O Brasil estará representado por Andrea Calabi, do Ministério do Planejamento, Luis Felipe Lampreia, secretário-assistente para assuntos internacionais desse Ministério, e J. Amorim, representante do Banco Central, disse Sérgio Amaral, conselheiro de assuntos econômicos da Embaixada brasileira.

Fontes do BID disseram ter entendido que, agora nesse encontro, os Estados Unidos se propõem a prosseguir as consultas com outros países membros do banco, e já haveria reuniões programadas com os sócios europeus em Paris, dentro de aproximadamente dez dias, e com o Canadá, em fevereiro próximo.

Acrescentaram que as gestões dos Estados Unidos têm criado expectativa e inquietude", pois muitos países creem que Washington condicionará o sucesso de seus objetivos a sua participação na próxima reposição de recursos do BID. A este respeito, recordarão que Mulford advertiu já em Viena que "não seria produtivo" discutir os parâmetros financeiros das futuras atividades do banco enquanto não surtirem avanços nas áreas que considerou "essenciais".

Um dos aspectos do plano norte-americano, segundo as fontes, consiste em eliminar programas de empréstimos cujos gastos, dentro dos países, são manejados por organismos domésticos de financiamento ou de fomento, como o chamado programa de reativação industrial. (Leia "Reserva de Mercado sob pressão dos EUA", na página 12)